

Trabalho alienado em Marx e novas configurações do trabalho

*Ricardo Santos da Luz**
*Agemir Bavaresco***

Resumo: A teoria marxiana do trabalho alienado ocupa um papel de destaque na Filosofia política moderna. Seguindo a esteira de Hegel, Marx concebe o homem como sendo o produto de sua própria atividade, isto é, a autoprodução do homem pelo trabalho. Isso significa que o ser humano não é um ser que nasce acabado, mas que se desenvolve como ser humano enquanto desenvolve as potencialidades que lhe são inerentes.

Imerso no estudo da sociedade capitalista, Marx percebe como nela se interdita esse postulado da autoprodução do homem pelo trabalho. Mas, se a realização da humanidade depende da genuína atividade produtiva, do exercício do trabalho, sem alienar-se em relação ao seu produto, surge a necessidade de se criarem alternativas frente a esse modo de produção, no intuito de se assegurarem as condições de realização da humanidade do trabalhador. As condições para o exercício do trabalho não-alienado serão superadas, na medida em que se superar a propriedade privada e a divisão social do trabalho. E na linha de pensamento de Marx, a tese de que o trabalho perdeu sua centralidade não tem lugar. Vale dizer que, se tal tese fosse admitida, seriam suprimidas as condições de realização do ser humano, pois, para Marx, trabalho e o desenvolvimento das potencialidades humanas são indissociáveis. O que precisa ser superado é o trabalho alienado e não o trabalho como tal.

Palavras-Chave: Divisão do Trabalho; Marx; Propriedade Privada; Trabalho Alienado

Abstract: The Marxist theory of alienated work plays a role in modern political philosophy. Following the path of Hegel, Marx conceives the human being as the product of his own activity, i.e. his autoproduction by means of the work. It means that the human being is not a being born finished, but it develops himself while developing his inherent capabilities. Immersed in the study of capitalist society, Marx sees how this postulate of the autoproduction of the man by the work is forbidden. But if the realization of the humanity depends on the genuine productive activity on the performance of work, without alienation in relation to the product, it is necessary to create alternative solutions for such a manner of production, and thus assuring the conditions of the fulfilment of as a human being. The

* Ricardo Santos da Luz. Mestre em Filosofia pela PUCRS. *E-mail:* ricsluz@yahoo.com.br.

** Agemir Bavaresco. Doutor em Filosofia pela Universidade Paris I (Panthéon-Sorbonne). Professor de Filosofia da PUCRS. *E-mail:* abavaresco@pucrs.br. Site: www.abavaresco.com.br. Contamos com a participação de Márcio Schäfer, mestrando em Filosofia pela PUCRS, na elaboração deste artigo. Artigo recebido em 16.03.2010, aprovado em 30.06.2010.

conditions for the exercise of non-alienated work will be overcome in so far as it overcomes the private property and social division of labor. In Marx's thought, the thesis that the work has lost its centrality has no place. That is to say that if this argument were accepted, there would be abolished the conditions of realization of the human being, because for Marx work and human potential development are inseparable. What must be overcome is the alienated work and not work as such.

Keywords: Alienated Labor; Division of Labor; Marx; Private Property

Introdução

Esta pesquisa investiga em que consiste a crítica marxiana do trabalho alienado, quais os desdobramentos dessa forma específica assumida pelo trabalho e quais os caminhos a serem percorridos para a sua superação. Além disso, procura mostrar que, apesar das profundas mudanças ocorridas na nossa sociedade, desde a época em que essa crítica foi elaborada, o trabalho alienado continua fazendo parte da estrutura fundamental que garante o funcionamento do sistema capitalista de produção. Ao percorrermos os caminhos desta investigação, procuramos mostrar, inicialmente, que existe uma relação fundamental entre o trabalho e o desenvolvimento das potencialidades do ser humano, mas que o trabalho, também pode impedir esse desenvolvimento, possuindo, assim, um caráter de ambigüidade. A seguir, investigamos a influência do pensamento hegeliano na elaboração da crítica marxiana do trabalho alienado, e em que consiste essa forma que o trabalho assume no sistema capitalista. Depois, investigamos os desdobramentos do trabalho alienado, os quais estão diretamente relacionados com a lógica de funcionamento do capitalismo. Esses desdobramentos são a propriedade privada, a divisão do trabalho e a transformação do trabalhador em mercadoria. Adiante, mostraremos os caminhos a serem percorridos, conforme a concepção marxiana de ser humano e da história, para a superação do trabalho alienado. Por fim, procuramos mostrar que a crítica marxiana do trabalho alienado continua atual, embora o antagonismo entre classes apresente uma complexidade muito maior, e o trabalho tenha assumido configurações muito diferentes daquelas existentes na época de Marx. Essa atualidade se sustenta no fato de que o antagonismo entre capital e trabalho nunca deixou de existir, e de que o trabalho, embora esteja cada vez mais sob o domínio do capital, a ponto de sua centralidade ser questionada, está indissociavelmente ligado à humanização dos seres humanos.

A forma atual como a sociedade está organizada, para conseguir satisfazer as suas necessidades materiais, possui repercussões muito negativas, tanto para uma grande parcela dos seres humanos, quanto para a própria natureza. O sistema capitalista, mundialmente dominante, no que diz respeito à produção de bens e riquezas, tem como meta o constante aumento e acumulação dessa produção, pouco se preocupando com o desenvolvimento de ser humano enquanto tal. Essa despreocupação se justifica, à medida que o ser humano interessa, tão-somente, como instrumento que possa colaborar para a consecução das finalidades desse sistema. Portanto, o ser humano interessa ao sistema capitalista somente enquanto força de trabalho e não como um ser que sente, que sofre, que tem necessidades e desejos, e que quer desenvolver plenamente as suas potencialidades.

Marx procurou mostrar que o trabalho alienado é intrínseco ao capitalismo e que essa forma de organização econômica da sociedade leva a uma opressão cada vez maior do trabalhador. Procurou mostrar, também, que, pelo trabalho alienado, o trabalhador não se identifica com o produto do seu trabalho, com seu próprio trabalho, bem como não se identifica enquanto membro da espécie humana. Portanto, a superação do trabalho alienado é a condição que possibilita a superação de um sistema que impede o desenvolvimento do ser humano.

Considerando, portanto, a crítica marxiana do trabalho alienado e as conseqüências dessa forma deturpada de trabalho, tanto para a organização da sociedade, como para o próprio desenvolvimento do conjunto dos seres humanos, propomo-nos mostrar em que consiste o trabalho alienado, quais as suas características e desdobramentos, como é possível a sua superação, e, também, que esse conceito, embora tenha sido formulado no século XIX, possui, ainda, uma atualidade desalentadora.

I

A relação que o ser humano tem com o trabalho remonta aos tempos em que o seu caráter de humanidade apenas estava principiando seu desenvolvimento. Assim, o trabalho tem acompanhado, ao longo da história, a evolução dos seres humanos em seus mais diversos aspectos, sejam eles cognitivos, emotivos, afetivos, motores, criativos, imaginativos e outros que se possam relacionar. Portanto, podemos dizer que o ato de

trabalhar praticamente se confunde com a história do desenvolvimento humano.

Mas por que o ser humano trabalha? Em que exatamente consiste essa atividade? Em que ela se diferencia das demais atividades humanas? Quais as características que lhe são peculiares? O que o trabalho tem a ver com a humanidade dos seres humanos? Quais as funções que ele pode assumir nas sociedades humanas?

O trabalho surgiu como um meio de satisfazer necessidades humanas, mais especificamente, as necessidades diretamente ligadas à sua sobrevivência. Mas, para que essa atividade pudesse ser executada, o homem precisou encontrar meios de fazer que a natureza fosse transformada, de maneira a fornecer os bens almejados. E, assim, foram sendo criados os instrumentos de trabalho. Estes eram inicialmente encontrados na própria natureza, tais como, uma pedra pontiaguda que poderia ser usada, por exemplo, para arar a terra. Mas, ao longo do tempo, foram sendo aperfeiçoados, de forma a que se obtivessem resultados melhores e com menos esforço. Ocorre que o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho pressupõe um aperfeiçoamento do próprio homem o qual, à medida que trabalhava, ia desenvolvendo habilidades antes desconhecidas, as quais iam se somando às anteriormente adquiridas também pelo trabalho.

Nesse sentido, o trabalho parece adquirir uma nova configuração, pois, se o ser humano vai adquirindo e desenvolvendo novas habilidades, à medida que trabalha, então o trabalho não tem unicamente a função de servir como meio de satisfação de necessidades humanas ligadas à sobrevivência, mas, também, faz com que o ser humano avance para um novo estágio de desenvolvimento.

Assim, o ser humano vai se compreendendo como ser com potencialidades que podem ser desenvolvidas, à medida que trava com a natureza uma permanente relação de troca. Nessa relação, tanto ser humano quanto natureza saem modificados. Esta última, por meio do trabalho empregado nela, e aquele, pelas habilidades adquiridas, e pela nova compreensão, assim da natureza como de si mesmo.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo –

braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (Marx, 2004b, p. 211).

Dessa forma, as necessidades humanas, que de início eram diretamente ligadas à sobrevivência, com o tempo, passaram a ser também culturais, de modo que o trabalho por igual passou a ser empregado na satisfação deste outro tipo de necessidade. Mas, diante de um estágio mais avançado de desenvolvimento do ser humano, é preciso um estágio mais avançado de trabalho.

II

O conceito de trabalho alienado é um dos mais caros ao pensamento de Marx e, embora tenha surgido já no início de suas reflexões acerca da estrutura que sustenta o capitalismo, aparece também na sua obra de maturidade. É um conceito-chave para compreender a argumentação marxiana a respeito das relações que se dão, na forma capitalista de produção, entre o trabalho e o capital. Mas, também, mostra em que medida o próprio trabalhador se relaciona com o seu trabalho, consigo mesmo e com os demais seres humanos.

É nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* que esse conceito é elaborado por um Marx bastante preocupado em desvendar os mecanismos internos da dominação capitalista sobre o trabalhador. Porém, esse conceito possui uma raiz hegeliana, da qual Marx parte para fazer sua crítica, embora tenha criticado a forma com que Hegel teoriza a respeito do trabalho. De qualquer forma, para uma compreensão mais clara das origens desse conceito, é necessária uma incursão no pensamento hegeliano.

Marx foi um discípulo atento de Hegel, e participava, junto com seus colegas – conhecidos como “jovens hegelianos” e com os quais acabou rompendo, uma vez que eles estudavam a obra hegeliana de forma dogmática –, de debates sobre o pensamento de seu mestre. No entanto, Marx discordava da forma idealista como Hegel interpretava a realidade, pois entendia que tal forma não levava em consideração a concretude da vida real. Apesar disso, é necessário dizer que Marx viu no pensamento hegeliano uma poderosa ferramenta de crítica, que, contudo, deveria ser destituída de seus elementos idealistas.

O ponto de discordância entre Hegel e Marx repousa na tese hegeliana de que a alienação, ocorre no âmbito da consciência e do pensamento. Dessa forma, a riqueza ou o poder do Estado, embora tenham uma dimensão material e concreta, são concebidos como seres de pensamento e a alienação deles em relação à essência humana acontece somente como forma de pensamento.

Porém, Marx reconhece na *Fenomenologia do Espírito* os elementos que permitirão criticar a alienação:

[...] mas, na medida em que apreende a *alienação* do homem – embora o homem apareça apenas na forma de espírito – nela se contém veladamente *todos* os elementos da crítica e se encontram amiúde já *preparados e elaborados* de uma maneira que vai muito além do ponto de vista de Hegel. A 'consciência infeliz', a 'consciência honesta', a luta da 'consciência nobre e da consciência vil', etc., etc., estas seções individuais contêm os elementos *críticos* – se bem que em forma alienada – de esferas globais como a religião, o Estado, a vida civil, etc. (Marx, 1964, p. 244).

Portanto, já se encontra no pensamento hegeliano a estrutura argumentativa a partir da qual Marx fará a sua crítica da alienação e, mais especificamente, da alienação do trabalho. Se Hegel não pôde fazer a crítica do trabalho alienado, foi, tão-somente, porque se manteve preso nos liames do idealismo.

Marx reconhece a relevância da contribuição hegeliana no desenvolvimento da compreensão do conceito de trabalho nos seguintes termos:

O grande mérito da *Fenomenologia* de Hegel e do seu resultado final – a dialética da negatividade enquanto princípio motor e criador – reside, em primeiro lugar, no fato de Hegel conceber a autocriação do homem como um processo, a objetivação como perda do objeto, como alienação e como abolição da alienação; e no fato de ainda apreender a natureza do *trabalho* e conceber o homem objetivo (verdadeiro, porque homem real), como resultado do seu *próprio trabalho*. A orientação *real*, ativa, do homem para si mesmo enquanto ser genérico ou a afirmação de si próprio como ser genérico real, quer dizer, como ser humano, só é possível na medida em que ele realiza todos os seus *poderes específicos* – o que, por sua vez, só é possível através da ação coletiva dos homens e como resultado da história – e trata estes poderes como objetos. Mas isto só é viável na forma de alienação (Marx, 1964, p. 245).

Portanto, Hegel tem o grande mérito de reconhecer o ser humano como resultado de um processo e, em decorrência disso, como ser histórico. Além disso, a autoprodução do ser humano está diretamente ligada com o seu trabalho – o que justifica o fato de Marx, que evidentemente concordava com essa concepção hegeliana, colocar o trabalho, na sua forma alienada, como um dos pilares centrais de sua crítica ao regime capitalista de produção. Porém, Hegel não faz a distinção entre objetivação e alienação, pois considera que ambas se referem ao processo pelo qual a consciência se aliena de si mesma para depois retornar a si, em um estágio mais elevado de autoconhecimento. Isso, conforme Marx faz com que Hegel :

conceba o *trabalho* como a *essência*, como a essência confirmativa do homem; considera apenas o lado positivo do trabalho, não o seu aspecto negativo. O trabalho é o *tornar-se-para-si do homem* no interior da *alienação* ou como homem *alienado*. O único trabalho que Hegel entende e reconhece é o trabalho *intelectual abstrato* (Marx, 1964, p. 245-246).

Assim, quando Hegel trata do trabalho, ainda que o considere como um ato de produção de si do homem, não consegue concebê-lo em sua objetividade, como uma atividade que pode estar alienada em relação àquele ser humano que a executa. Se toda a alienação do ser humano nada mais é do que alienação da autoconsciência, e se a autoconsciência somente pode ser compreendida como puro pensamento, como abstração da vida concreta, então não há como Hegel conceber o trabalho em seu sentido negativo, ou seja, enquanto atividade que encaminha o homem para a desumanização. É Marx quem vai estudar este aspecto do trabalho, mas, para fazê-lo, considera o homem como um ser natural, corpóreo, sensível e objetivo, e não como idêntico a uma autoconsciência abstrata.

III

O trabalho, dentro do sistema capitalista de produção, apresenta-se como instrumento de opressão e de desumanização do ser humano, e Marx procura investigar como ocorre essa transformação do trabalho, de uma atividade que deveria estar na base do desenvolvimento das potencialidades do ser humano, para uma atividade que, ao contrário, além de impedir esse desenvolvimento, o empurra cada vez mais para a animalidade. O trabalhador, ao trabalhar, ao invés de libertar-se, torna-se escravo do seu trabalho, possuindo com ele uma relação de estranhamento, e reconhecendo

nele algo que o oprime, que o fatiga e a que é obrigado a recorrer, tão-somente, para garantir a sua sobrevivência. Mas, se o trabalho produz o aumento das riquezas, e pode apresentar desafios que levam ao desenvolvimento das capacidades do trabalhador, o que ocorre dentro do capitalismo que faz que esse mesmo trabalhador não se beneficie desse aumento das riquezas, nem possa desenvolver as suas capacidades? É esta a pergunta a que Marx vai tentar responder ao tratar, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, da questão do trabalho alienado.

No contexto da economia política, o trabalhador é reduzido a uma mercadoria qualquer, devendo-se enunciar o significado desse fato no que diz respeito à relação entre o trabalho, o trabalhador e o produto do seu trabalho:

Semelhante fato implica apenas que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, se lhe opõe como *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a *objetivação* do trabalho. A realização do trabalho constitui simultaneamente a sua objetivação. A realização do trabalho aparece na esfera da economia política como *desrealização* do trabalhador, a objetivação como *perda e servidão do objeto*, a apropriação como *alienação*. (Marx, 1964, p. 159).

Dessa forma, o trabalho perde o caráter formador do ser humano, deixa de ser a ferramenta de mediação a partir da qual o ser humano desenvolve as potencialidades que lhe inerem. Não é uma expressão, nem o resultado das capacidades humanas, mas é algo estranho àquele que o executa. Por isso, desumaniza e oprime o trabalhador.

Assim, uma vez que o trabalho está diretamente relacionado com a humanização do ser humano, e que é pelo trabalho que o ser humano consegue desenvolver plenamente as suas possibilidades, no âmbito da alienação do trabalho, o trabalhador somente se sente livre quando está exercendo as suas funções animais – comer, dormir, procriar –, e quando exerce suas funções humanas se equipara a um animal. As funções animais são também funções do ser humano, porém, com a alienação do trabalho, essas funções se colocam como sendo a finalidade última do homem e, nesse sentido, sendo abstratamente consideradas, ou seja, separadas das demais atividades humanas, reduzem o homem a animal.

O trabalho torna-se somente um meio de subsistência, ao qual o trabalhador deve recorrer, se quiser garantir sua sobrevivência. Da mesma

forma, os objetos produzidos não pertencem ao trabalhador e dele são estranhos. Ele não se reconhece neles, e os toma como algo que o ultrapassa em valor. Por isso, o trabalhador acaba por se tornar um servo dos objetos que produz.

(A alienação do trabalhador no objeto exprime-se assim nas leis da economia política: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir; quanto mais valores cria, tanto mais sem valor e mais indigno se torna; quanto mais refinado o seu produto, tanto mais deformado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto tanto mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tanto mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais brilhante e pleno de inteligência o trabalho, tanto mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna servo da natureza) (Marx, 1964, p. 161).

Portanto, ao alienar-se no objeto, mas ao mesmo tempo sem reconhecê-lo como produto da sua atividade, o trabalhador passa a ter com ele uma relação de oposição, pela qual, quanto maior for a grandeza do objeto, tanto maior será a ruína do trabalhador. Como ao sistema capitalista de produção interessa o aumento cada vez maior das riquezas produzidas, e como o trabalhador vê-se obrigado a tentar atender esse interesse para poder continuar trabalhando, ele vai se desumanizando cada vez mais.

Mas, a alienação não ocorre somente na relação do trabalhador com o produto do seu trabalho. Ela ocorre também, e principalmente, no ato da produção, encontrando-se na própria atividade produtiva. Assim, no ato da produção, o trabalhador aliena-se a si mesmo, e é essa alienação que possibilita a relação alienada deste com o produto do seu trabalho. É que o produto é simplesmente o resultado da atividade produtiva e, portanto, para que possa haver alienação, na relação com o objeto produzido, a produção mesma tem de ser alienação ativa, ou seja, a “alienação da atividade e a atividade da alienação”.

Mas há ainda uma terceira determinação do trabalho alienado, que pode ser inferida, tanto a partir da alienação do produto em relação ao trabalhador, bem como da alienação deste em relação ao ato da produção. Essa forma do trabalho alienado é a alienação do ser humano em relação à sua espécie, ou seja, enquanto trabalhador, não se reconhece enquanto ser social.

O trabalho alienado, assim, aliena o ser humano do próprio corpo, da natureza externa, da sua capacidade intelectual, da sua própria

humanidade. Mas, Marx ainda vê uma outra conseqüência do trabalho alienado:

Uma conseqüência imediata da alienação do homem a respeito do produto do seu trabalho, da sua vida genérica, é a *alienação do homem* relativamente ao *homem*. Quando o homem se contrapõe a si mesmo, entra igualmente em oposição com os outros homens. O que se verifica com a relação do homem ao seu trabalho, ao produto do seu trabalho e a si mesmo, verifica-se também com a relação do homem aos outros homens, bem como ao trabalho e ao objeto do trabalho dos outros homens. De modo geral, a afirmação de que o homem se encontra alienado da sua vida genérica significa que um homem está alienado dos outros, e que cada um dos outros se encontra igualmente alienado da vida humana (Marx, 1964, p. 166).

Portanto, o trabalho alienado aliena o homem do produto do seu trabalho, do seu próprio trabalho, do seu ser genérico e dos demais seres humanos. Isso impede que ele possa desenvolver as suas potencialidades, bem como que ele possa desenvolver a sua humanidade. Ele transforma-se, pura e simplesmente, numa atividade vital, onde o trabalho representa, tão-somente, uma possibilidade de subsistência. Na sua condição de trabalhador, equipara-se a uma máquina, que deve integrar-se perfeitamente no processo produtivo, e que pode ser descartada tão logo não atenda as exigências desse processo.

IV

Em linhas gerais, o trabalho se torna alienado na medida em que é realizado sob as seguintes condições: sob a égide da propriedade privada, da divisão do trabalho e da mercantilização do trabalhador.

É interessante notar que existe uma relação dialética entre trabalho alienado e propriedade privada, onde esta última, uma vez surgida a partir do primeiro, passa a ter com ele uma relação de interdependência recíproca. Sobre essa questão, Marx nos esclarece:

Sem dúvida, adquirimos o conceito de *trabalho alienado* (de *vida alienada*) a partir da economia política, como resultado da análise do *movimento da propriedade privada*. Mas a análise de tal conceito, embora a propriedade privada surja como o fundamento, a causa do trabalho alienado, constitui antes a conseqüência deste último [...]. No entanto, num estágio ulterior, há influência recíproca.

Só no derradeiro ponto de culminação do desenvolvimento da propriedade privada é que se revela o seu segredo, a saber, por um lado, que ela é o *produto* do trabalho

alienado e, por outro, que ela é o *meio* através do qual o trabalho se aliena, a *realização da alienação* (Marx, 1964, p. 169).

Assim, a propriedade privada é um produto do trabalho alienado, ou seja, o resultado dele decorrente. Porém, ela é, ao mesmo tempo, o meio pelo qual o trabalho se aliena, isto é, a base sobre a qual essa situação ocorre. Sendo assim, pode-se dizer que trabalho alienado e propriedade privada estão em uma relação de condição de possibilidade recíproca, onde a supressão de um importará a supressão da outra, e vice-versa. É que a propriedade privada nada mais é do que a expressão material do trabalho alienado (Marx, 1964, p. 171).

A propriedade privada aparece, portanto, como a síntese, como a realização da oposição entre trabalho e capital. Mas nela o trabalho expressa-se como trabalho alienado, pois ela somente pode surgir, enquanto meio de opressão do trabalhador, à medida que não pertence a ele, embora ele tenha trabalhado para que ela pudesse existir. Além disso, no âmbito do sistema capitalista de produção, ela perde qualquer característica natural ou social, e torna-se, tão-somente, um capital, ou seja, a sua função passa a ser produzir cada vez mais o aumento de riquezas e, conseqüentemente, reproduzir o capital que ela representa.

A divisão do trabalho não é um produto exclusivo do sistema capitalista de produção, porém, sob esse sistema, atinge o seu nível mais alto de perniciosidade. Marx fez uma distinção entre *divisão social do trabalho* e *divisão do trabalho na manufatura*. Assim, conforme o pensador alemão: “Enquanto a divisão social do trabalho, quer se processe ou não através da troca de mercadorias, é inerente às mais diversas formações econômicas da sociedade, a divisão do trabalho na manufatura é uma criação específica do modo de produção capitalista” (Marx, 2004b, p. 414). Dessa forma, a divisão do trabalho, em sentido geral, já existia muito antes do capitalismo, e, para que possamos nos aproximar dos primórdios do seu desenvolvimento, devemos nos ater à própria evolução da consciência humana.

A consciência é, naturalmente, antes de mais nada mera consciência do meio sensível *mais próximo* e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente; é ao mesmo tempo consciência da natureza que, a princípio, aparece aos homens como um poder completamente estranho, onipotente, inexpugnável; com o qual os homens se

relacionam de maneira puramente animal e perante o qual se deixam impressionar como o gado; é, portanto, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural) (Marx e Engels, 1987, p. 43-44).

Assim, essa forma inicial de consciência é condicionada pela relação que os seres humanos tinham com a natureza, e entre si mesmos. Mas, a partir do momento em que o ser humano se conscientiza da necessidade que tem de estabelecer relações com os demais seres humanos, começa a surgir a consciência de que ele vive em sociedade. No entanto, essa consciência ainda está muito próxima da animalidade, e ela “desenvolve-se e aperfeiçoa-se ulteriormente em razão do crescimento da produtividade, do aumento das necessidades e do aumento da população, sendo este último a base dos dois primeiros” (Marx e Engels, 1987, p. 44). A partir desse desenvolvimento, estão criadas as condições para o advento da divisão do trabalho:

Com isto, desenvolve-se a divisão do trabalho, que originariamente nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual e, mais tarde, divisão do trabalho que se desenvolve por si própria 'naturalmente', em virtude de disposições naturais (vigor físico, por exemplo), necessidades, acasos etc. A divisão do trabalho torna-se realmente divisão apenas a partir do momento em que surge uma divisão entre o trabalho material e o espiritual. A partir deste momento, a consciência *pode* realmente imaginar ser algo diferente da consciência da práxis existente, representar *realmente* algo sem representar algo real; desde este instante, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e entregar-se à criação da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc., 'puras' (Marx e Engels, 1987, p. 44-45).

Com a divisão do trabalho, ocorre um aprofundamento da distância existente entre a riqueza produzida e a condição de pobreza do trabalhador, o qual participa de uma pequena etapa do processo de produção, especializando-se, tão-somente, na execução de uma tarefa repetitiva. Isso possibilita um aumento de produção, com o conseqüente aumento da acumulação de capitais e da riqueza. Mas esse aumento da riqueza tem como beneficiário, apenas, o proprietário dos meios de produção. Dessa forma, ele passa a ter um excedente que pode ser reinvestido com a intenção de elevar cada vez mais os seus ganhos, ao passo que ao trabalhador resta a esperança de receber um salário que lhe garanta, pelo menos, a possibilidade de manter-se vivo.

Com o advento do capitalismo, supera-se o modo feudal de produção, no qual as propriedades dos senhores eram cultivadas por servos e permaneciam, entre si, em um grau elevado de isolamento. O avanço da burguesia e o ritmo acelerado da Revolução Industrial não eram compatíveis com o modo medieval de produção, de forma que este foi sendo descartado e substituído por outro sistema. Porém, se no sistema feudal de produção, o trabalho pesado era executado pelo servo, nos primórdios do sistema capitalista, o era pelo trabalhador proletário. Essa figura surgiu devido às necessidades de acumulação inicial do sistema emergente, onde a produção deveria ser feita com baixo custo e em quantidades cada vez maiores. Assim, as indústrias empregavam um contingente de trabalhadores com baixíssimo grau de especialização e que recebiam como salário apenas o suficiente para sobreviverem e continuarem a reproduzir a força de trabalho. Sobre essa situação Marx afirma que “a mais baixa e a única necessária tabela de salários é aquela que provê à subsistência do trabalhador, durante o trabalho, e a um suplemento adequado para criar a família, a fim de que a raça dos trabalhadores não se extinga” (Marx, 1964, p. 101).

Nesse contexto, não há possibilidade de compreender o trabalho como uma atividade que permite ao ser humano o desenvolvimento de suas potencialidades. Mas por quê? Não está o trabalhador transformando a natureza e sendo transformado por ela? Ocorre que nessa situação o trabalhador não está sendo desafiado, não está pondo à prova sua capacidade de criação, nem de superação de possíveis dificuldades. Está simplesmente sendo utilizado como força de trabalho autômato, que segue um procedimento préestabelecido, não-sujeito a alterações, e, muito menos, a questionamentos. É um mero executor que realiza um trabalho mecânico, trabalho esse que poderia, tranqüilamente, ser realizado por uma máquina. De forma que interessa ao capitalista apenas a força corporal do trabalhador e não o desenvolvimento de suas capacidades, podendo-se comparar o trabalhador, nessa situação, a um animal de tração.

Nessas condições, em que o trabalhador é explorado até o limite de suas forças e igualado a um simples portador de força de trabalho, nos deparamos com a situação descrita por Marx:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tão mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a

valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e justamente na mesma proporção com que produz bens (Marx, 1964, p. 159).

Essa afirmação marxiana mostra, já no seu início, as conseqüências dessa concepção do ser humano como mera força de trabalho. A riqueza produzida não serve para melhorar as condições de vida daqueles que a produzem, mas, ao contrário, se coloca como fator de opressão, à medida que, para o trabalhador, nada mais é que uma meta a ser atingida. Essa meta, se for estipulada em níveis inatingíveis, vai gerar no trabalhador um sentimento de impotência, pois, por mais que se esforce, nunca conseguirá alcançar o fim estabelecido. Isso acaba por criar uma situação onde o trabalhador se vê como inferior ao trabalho que executa. Ou seja, ele é como se fosse uma presa do seu próprio trabalho. Há aqui uma inversão, pois o trabalho é que deve estar a serviço do ser humano e não o ser humano a serviço do trabalho.

Uma vez convertido em mercadoria, perde a sua humanidade e passa a ser tratado como coisa. E uma vez que é visto como coisa deve estar disponível, tão-somente, para atender as necessidades do sistema de produção, que precisa da sua força de trabalho para continuar existindo. Além disso, sendo mercadoria, possui um preço, e este preço é tão menor quanto mais destituído de humanidade for o trabalhador. Dessa forma, à medida que aumenta a sua desumanização, o trabalhador aproxima-se, cada vez mais, da condição de peça, e quanto mais próximo da condição de peça, mais mercadorias cria e mais barato fica o trabalhador-mercadoria.

V

Ao ser submetido a um sistema que tem por finalidade o aumento indefinido das riquezas produzidas, e que considera o ser humano, tão-somente, como um meio para atingir esse fim, o trabalhador se vê em um regime que o oprime, limita e o impede de poder desenvolver-se plenamente, enquanto ser humano. Dessa forma, o trabalhador, ao invés de criar, de expressar-se pelos mais diversos meios, de discutir a melhor maneira de exercer suas tarefas, de olhar para o mundo e refletir sobre ele, de ver no seu trabalho uma parte essencial da sua vida, ao invés disso, ele está obrigado a ser um mero executor de tarefas repetitivas, cansativas e que

lhe tolhem por completo a possibilidade de desenvolver todas as suas potencialidades.

Essa impossibilidade de exercer seus dons criativos, e a dificuldade de transformar a situação na qual se encontra inserido, o empurra cada vez mais para a ignorância e o embrutecimento. Portanto, o trabalho, que ao longo da história sempre esteve presente no processo de desenvolvimento do ser humano enquanto tal, converte-se em instrumento de desumanização. Mas como superar esse tipo de trabalho imposto pelo capitalismo? Como o ser humano pode, no âmbito desse regime de produção, conseguir a sua emancipação e realizar, no mais alto grau, as suas potencialidades?

É necessário, primeiramente, que o conjunto dos trabalhadores, diante da situação de opressão a que está submetido, contrastada com a opulência dos capitalistas, se reconheça enquanto classe. Esse reconhecimento o leva à percepção de que o seu interesse está em oposição ao interesse dos capitalistas, e de que o trabalho e a riqueza gerada com o seu esforço estão direcionados somente no sentido de aumentar os ganhos dos proprietários dos meios de produção. Essa percepção, por parte dos trabalhadores, de a riqueza por eles gerada não amenizar a sua pobreza, nem diminuir o estado de opressão em que se encontram, faz que vejam haver algo de mais importante por trás do trabalho que executam.

Para Marx, portanto, a classe trabalhadora é a portadora da tarefa histórica de transformação da sociedade capitalista em uma outra, onde o trabalho não seja simplesmente um meio para aumentar a riqueza acumulada pelos proprietários dos meios de produção, mas, ao contrário, seja um meio para que os seres humanos possam desenvolver as suas capacidades. Conforme o filósofo alemão, ao executar essa tarefa,

O proletariado executa a sentença que a propriedade privada pronuncia sobre si mesma ao engendrar o proletariado, do mesmo modo que executa a sentença que o trabalho assalariado pronuncia sobre si mesmo ao engendrar a riqueza alheia e a miséria própria. Se o proletariado vence, nem por isso se converte, de modo nenhum, no lado absoluto da sociedade, pois ele vence de fato apenas quando supra-sume a si mesmo e à sua antítese. Aí, sim, tanto o proletariado quanto sua antítese condicionante, a propriedade privada, terão desaparecido (Marx, 2003, p. 48-49).

Mas essa tarefa de superação do capitalismo, e de seus sustentáculos, somente é possível, à medida que os trabalhadores – já

conscientes da sua condição de classe oprimida – consigam compreender que o capitalismo existe historicamente e que, por isso, pode ser transformado através de uma ação consciente. Essa compreensão da historicidade do sistema capitalista de produção é o primeiro passo para a sua transformação, pois, se ele passou a existir, e teve a sua ascensão, historicamente, então também é possível o seu declínio, e a sua superação por um outro sistema que tenha como ponto de partida o ser humano e não o capital.

Dessa forma, para o trabalhador conseguir libertar-se das tramas do trabalho alienado, é preciso que a produção de bens e riquezas tenha como fundamento outro pressuposto, que não o da propriedade privada. Esta, embora seja a expressão do capital, na medida em que serve plenamente aos seus propósitos, e do trabalho, à medida que é o resultado deste, pertence somente ao capitalista, sendo vedada ao trabalhador, a não ser excepcionalmente (Marx, 1964, p. 181), a possibilidade de alcançar a condição de proprietário. A alternativa marxiana à propriedade capitalista é o comunismo:

O comunismo é a abolição positiva da propriedade privada enquanto auto-alienação humana e, deste modo, a real apropriação da essência humana pelo e para o homem. É, portanto, o retorno do homem a si mesmo como ser social, quer dizer, verdadeiramente humano, retorno esse pleno, consciente, que assimila toda a riqueza do desenvolvimento anterior. O comunismo, enquanto naturalismo integralmente evoluído = humanismo, enquanto humanismo plenamente desenvolvido = naturalismo, constitui a resolução autêntica do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem. É a verdadeira solução do conflito entre a existência e a essência, entre a objetivação e a auto-afirmação, entre a liberdade e a necessidade, entre o indivíduo e a espécie. É a decifração do enigma da História e está consciente de ele próprio ser essa solução (Marx, 1964, p. 192-193).

A superação da propriedade privada permite, portanto, que o ser humano possa desenvolver-se em sua sociabilidade, reconhecendo-se como membro de um corpo social, do qual faz parte de forma indissociável, e que sinta-se integrado com uma natureza humanizada. O ser humano deixa de ver a sociedade e a natureza como entidades que lhe são estranhas, com as quais não se sente integrado, e que somente servem de meio para a sua sobrevivência. Ao contrário, sabe que é tanto um produto da sociedade em que vive, quanto da sua relação com a natureza, mas, ao mesmo tempo,

também sabe que a sociedade é um produto da sua ação, bem como a natureza humanizada é um produto do seu trabalho.

VI

Segundo a concepção marxiana, a história de todas as sociedades “tem sido a história das lutas de classes” (Cf. Marx e Engels – 1978, p. 93). Esse conflito entre classes foi identificado, na Antigüidade, como sendo a oposição entre os seres humanos livres e os escravos; no Medievo, como sendo a contraposição entre os senhores e os servos; e na Modernidade, como sendo o antagonismo irreconciliável entre capitalistas e trabalhadores. Entretanto, se ao tempo das Idades Antiga e Medieval, bem como ao tempo em que Marx fez a sua crítica do sistema capitalista de produção, essa separação entre duas classes antagônicas era visualizada de forma bastante nítida, hoje a configuração social, política e econômica da sociedade possui uma complexidade infinitamente maior, de forma que essa visualização já não é tão clara.

Ao tempo de Marx, o capitalismo já se encontrava em um estágio de consolidação, no qual o trabalhador era extremamente explorado – sem nenhuma forma de velamento –, com vistas a conseguir a acumulação que o capital requeria. Havia uma clara distinção entre os proprietários dos meios de produção, ou capitalistas, e os não-proprietários, ou trabalhadores proletários. Portanto, uma classe explorava e a outra era explorada. Uma vez que era visível essa relação de exploração, a análise marxiana do sistema capitalista de produção procurou, então, mostrar os mecanismos que estavam por trás desse sistema de dominação de uma classe por outra.

Os capitalistas tinham interesse nos trabalhadores, tão-somente enquanto força de trabalho, que estivesse a serviço do aumento constante da produção de riquezas. Assim, aos trabalhadores restava, como única alternativa, se sujeitarem aos capitalistas e venderem a eles o único bem de que dispunham – a sua força de trabalho. Além disso, os trabalhadores eram remunerados com o mínimo necessário para garantir a sua sobrevivência e a de sua família. Nesse contexto, Marx elaborou o seu conceito de trabalho alienado. Essa forma de trabalho é que permite a relação de exploração entre o capitalista e o trabalhador. E essa relação, segundo o filósofo alemão, vai se aprofundando à medida que o capitalismo vai atingindo novas etapas, sendo que a emancipação humana da mesma se dá através da revolução proletária.

Essa revolução seria construída, a partir do momento em que os trabalhadores se conscientizassem do seu papel de autores da sua própria história e se mobilizassem em uma luta para suprimir a propriedade privada dos meios de produção. Como a propriedade privada é o substrato que dá sustentação ao trabalho alienado, a sua eliminação acarretaria o fim da relação de dominação entre capital e trabalho.

Da relação do trabalho alienado à propriedade privada deduz-se [...] que a emancipação da sociedade quanto à propriedade privada, à servidão, toma a forma política da *emancipação dos trabalhadores*; não no sentido de que somente está implicada a emancipação dos últimos, mas porque tal emancipação inclui a emancipação da humanidade enquanto totalidade, uma vez que toda a servidão humana se encontra envolvida na relação do trabalhador à produção e todos os tipos de servidão se manifestam exclusivamente como modificações ou conseqüências da sobredita relação (Marx, 1964, p. 170).

Dessa maneira, não haveria mais duas classes antagônicas em permanente enfrentamento, e sim uma sociedade sem classes, onde a produção dos bens seria feita de acordo com as necessidades de cada um de seus membros.

Porém, após a crítica marxiana do capitalismo, esse sistema de produção sofreu profundas transformações. Além disso, depois de Marx, ocorreu a Revolução Russa de 1917, com a conseqüente experiência histórica dos regimes “socialistas”, tanto na União Soviética, como nos demais países do Leste europeu. Essa experiência histórica esteve associada com as considerações marxianas a respeito dos caminhos que levariam a uma sociedade pós-capitalista. A idéia marxiana de ditadura do proletariado – ditadura essa que deveria ser um estágio de transição – pressupõe que os trabalhadores, que assumissem o poder do Estado, estariam todos engajados na tarefa revolucionária de transformar a sociedade, de forma a que todas as relações fossem verdadeiramente humanas; que o ser humano fosse sempre considerado como um fim e não como um meio; e que o papel do Estado fosse gradualmente assumido pelas associações autogestionárias de trabalhadores. No entanto, não foi o que se viu nos regimes do “socialismo realmente existente”. Nesses, ao contrário, uma minoria assumiu o poder, implantando um regime autoritário e burocrático, que esteve muito mais ligado a uma intenção de recuperar o terreno perdido em relação aos países capitalistas mais desenvolvidos do que com a finalidade de construir uma

sociedade na qual o conjunto dos trabalhadores pudesse ser o dono de seu destino. Dessa forma, se pode dizer que esses regimes implantados, por força das “revoluções socialistas”, nada tinham que ver com a concepção original marxiana da transição para uma sociedade pós-capitalista. Nesse sentido, a ditadura do proletariado marxiana nunca foi, de fato, implementada. Porém, não se pode negar que o termo “ditadura” contém em si um caráter fortemente pejorativo, uma vez que carrega consigo o significado, eminentemente negativo, de um sistema de governo arbitrário, antidemocrático e que restringe unilateralmente a liberdade das pessoas. Entretanto, muito mais importante do que a denominação que Marx deu a esse período de transição – denominação que, sem dúvida, é extremamente polêmica – são as concepções de ser humano e de sociedade que estão por trás dele.

Por outro lado, segundo os princípios do socialismo científico, devido ao fato de a história evoluir de acordo com uma determinação imposta pelas condições materiais vigentes, seria inevitável a superação da sociedade capitalista pela socialista. Para Marx, essa mudança revolucionária ocorreria quando o capitalismo tivesse atingido todas as suas possibilidades produtivas e o seu mais alto estágio. Nesse ponto, a história mostrou que Marx estava, aparentemente, equivocado, uma vez que a Revolução Russa ocorreu em um país que ainda estava vivendo a sua fase pré-capitalista, e não na Grã-Bretanha, que era o país onde, na época, o capitalismo estava mais avançado. Porém, deve-se considerar que o regime implantado na União Soviética, e nos seus países satélites, pouco teve a ver com a sociedade pós-capitalista imaginada pelo filósofo alemão (embora saibamos que nos seus escritos não há uma descrição clara de como seria essa sociedade). Também, se deve considerar que, conforme o entendimento marxiano, o processo emancipatório dos trabalhadores, e da humanidade como um todo, somente poderia chegar a seu termo, se a superação do sistema capitalista ocorresse em escala mundial:

O comunismo não é para nós um *estado* que deve ser estabelecido, um *ideal* para o qual a realidade terá que se dirigir. Denominamos comunismo o movimento *real* que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento resultam de pressupostos atualmente existentes. Além disso, a massa dos simples trabalhadores – força de trabalho excluída em massa do capital ou de qualquer outra satisfação limitada – pressupõe o *mercado mundial*; e, portanto, pressupõe também a perda, não mais temporária e resultante da concorrência, deste próprio trabalho como

uma fonte segura de vida. O proletariado só pode, pois, existir *mundial e historicamente*, do mesmo modo que o comunismo, sua ação, só pode ter uma existência '*histórico-mundial*'. Existência histórico-mundial de indivíduos, isto é, existência de indivíduos diretamente vinculada à história mundial (Marx e Engels, 1987, p. 52).

Assim, por um lado, sendo possível que o capitalismo ainda não tenha atingido todas as suas possibilidades produtivas, e, por outro, considerando que os regimes do “socialismo real” não refletiram as idéias de Marx – dada a concepção de ser humano do filósofo alemão – a respeito de como seria uma sociedade sem classes, e que a experiência desses regimes não ocorreu em escala mundial, não se poderia invalidar a concepção marxiana de que, quando uma determinada formação social atinge o máximo estágio de suas forças de produção, ela deve ser superada por outro tipo de sociedade.

Entretanto, sobre a questão do determinismo histórico, exercido pelas relações de produção existentes, o pensamento marxiano mostrou-se contraditório, porque, embora o capitalismo, nos dias de hoje, esteja em uma fase muito avançada, e, seguramente, muito destrutiva, nada nos indica que, num momento posterior, haverá uma transição inelutável para uma sociedade sem classes. Todavia, podemos considerar que, se Marx errou quanto à *necessidade* histórica da transição do capitalismo ao socialismo, acertou quanto aos imperativos dessa mudança para a própria sobrevivência da espécie humana (mas é claro que ele não poderia imaginar que em tão pouco tempo chegássemos tão próximos de nossa própria autodestruição).

Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apóia na indústria moderna o desenvolvimento de um país [...], mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (Marx, 2004b, p. 570-571).

De qualquer forma, o ponto de vista marxiano da transição do capitalismo para o socialismo se deve ao fato de Marx ter vivido num tempo de grande efervescência social. Dessa forma, a idéia de uma transformação

revolucionária das estruturas sociais, políticas e econômicas, capitaneada pela classe portadora dessa tarefa histórica – o proletariado – lhe parecia como algo bastante próximo e factível e, além disso, inescapável. Porém, por outro lado, se deve dizer que a concepção que Marx possui do sujeito humano, como um ser que constrói a si mesmo, através de sua relação com a natureza, ao longo da história; que é portador de uma capacidade transformadora e criadora; e que possui potencialidades as quais nunca serão totalmente atingidas, uma vez que é um ser histórico, essa concepção não admite o determinismo histórico. Ao contrário, diferentemente dos defensores do fim da história (que se escoram em fatos históricos, como a queda do muro de Berlim e o fim do regime soviético), que entendem ser o capitalismo um sistema invencível e o melhor que a humanidade poderia produzir, não havendo, portanto, mais história a ser feita, a concepção marxiana de ser humano prevê uma história sempre aberta a transformações e evoluções¹ e, jamais, uma história que alcançaria o seu fim de forma certa e definitiva.

As sucessivas alterações, crises e ajustes, que o capitalismo vem sofrendo, confirmam essa concepção de que a história está em constante

¹“O ‘objetivo’ da história humana é definido por Marx em termos da *imanência* do desenvolvimento humano (em oposição ao *transcendentalismo a priori* da teleologia teológica), ou seja, como a realização da ‘essência humana’, da ‘humanidade’, do elemento ‘especificamente humano’, da ‘universalidade e liberdade do homem’ etc., por meio da ‘auto-atividade prática do homem’, primeiro de uma forma alienada, e mais tarde de uma forma positiva, auto-sustentada de atividade vital, estabelecida como uma ‘necessidade interior’. O homem, como o ‘ser automegador da natureza’, tem de desenvolver – por intermédio da dialética objetiva de uma complexidade crescente das necessidades e objetivos humanos – de acordo com as leis objetivas mais fundamentais da ontologia, das quais – e isso é de importância vital – seu próprio papel mediador ativo é uma parte essencial. Assim, o sistema marxiano permanece aberto, porque o ‘objetivo’ mesmo da história é definido em termos inerentemente históricos, e não como um alvo fixo. Na concepção de Marx, a história permanece aberta de acordo com a necessidade ontológica específica da qual a teleologia humana automegradora é parte integral: pois não pode haver nenhum modo de predeterminar as formas e modalidades da ‘automegração’ humana (cujas complexas condições teleológicas só podem ser satisfeitas no curso dessa mesma automegração), exceto reduzindo arbitrariamente a complexidade das ações humanas à crua simplicidade das determinações mecânicas. Nunca se pode alcançar um ponto na história no qual seja possível dizer: ‘agora a substância humana foi plenamente realizada’. Pois uma tal delimitação privaria o ser humano de seu atributo essencial: seu poder de ‘automegração’ e ‘autodesenvolvimento’” (Mészáros, 2006, p. 111).

transformação, embora hoje já se possa prever, com uma forte possibilidade de acerto, qual o fim, tanto da natureza, como da humanidade, se a racionalidade capitalista for levada às suas últimas conseqüências. Essas modificações sofridas pelo sistema capitalista de produção, decorrentes do avanço tecnológico, das comunicações, da informática e das crises inerentes a esse sistema, por um lado, e das novas estratégias de combate por parte dos trabalhadores, por outro, fizeram também que a velha luta de classes da época de Marx se apresentasse com uma configuração bastante diferente. Hoje já não é tão simples associar à classe oprimida um trabalhador que recebe salário ou à classe opressora um pequeno empresário. Sabidamente, um alto executivo, embora assalariado, pode ter ganhos financeiros pessoais muitas vezes superiores ao de um proprietário de uma pequena empresa. Além disso, existe atualmente uma classe média que não pode ser equiparada nem ao capitalista, nem ao trabalhador proletário da época de Marx. Entretanto, seria um equívoco concluir que, por causa disso, a luta de classes marxiana estaria definitivamente superada.

Ocorre que, hoje, o capitalismo, diante da constatação de que não pode prescindir da força de trabalho humana, que é essencial para o seu funcionamento – embora muitas inovações tecnológicas tenham substituído grande parte dos trabalhadores por máquinas –, e de que estes mesmos trabalhadores, se estivessem organizados e conscientes da sua força, poderiam transformar este sistema num outro, que não fosse baseado na exploração, diante disso, o capitalismo criou certos mecanismos que escondem as suas reais intenções. Esses mecanismos atuam de forma a cooptar os trabalhadores e dividi-los, e estão devidamente camuflados por intervenções na educação, na cultura e nos meios de comunicação de massa, de tal maneira que influenciam diretamente a própria forma como os seres humanos enxergam a si mesmos, aos outros e ao mundo onde vivem. Toda essa capacidade que o capitalismo, representado por sua classe dominante, tem de submeter a classe trabalhadora nos aparece, de forma mais clara, se nos ativermos à seguinte passagem marxiana:

As idéias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As

idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e a distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época. (Marx e Engles, 1987, p. 72).

Dessa forma, num primeiro momento, o capitalismo se impunha pela própria força transformadora da revolução industrial em curso. Porém, quando os trabalhadores começaram a se conscientizar da sua real importância, entra em cena o Estado do bem-estar social, e os movimentos trabalhistas reivindicatórios foram, aos poucos, sendo contidos, através de benefícios sociais, de promoções e de certas garantias de estabilidade. Posteriormente, quando essa fase já apresentava os seus sinais de esgotamento, o capitalismo entra no estágio denominado neoliberalismo. Neste, a estratégia capitalista é de cooptar os trabalhadores em troca de participações nos lucros, e através da associação da produtividade com o aumento salarial ou com a permanência no emprego. A intenção dessas medidas é gerar a idéia de que o crescimento da empresa também faria “crescer” o trabalhador, e que esse último deveria fazer por merecer, se quisesse permanecer empregado. Dessa maneira, o trabalhador se sentiria como se fosse um dos donos da empresa, identificando-se com ela, e, portanto, o seu ímpeto reivindicatório seria sufocado.

Todas essas modificações, que ocorreram na forma como o capitalismo procura se impor perante a classe trabalhadora, bem como as modificações sofridas pela sociedade como um todo, desde a época de Marx, poderiam levar a crer que a análise marxiana das estruturas internas de dominação capitalistas, é, hoje, anacrônica. A luta de classes marxiana, sabidamente, se dava entre os grandes proprietários dos meios de produção e a classe dos proletários, e a classe média existente não chegava a ter expressão diante do embate entre capital e trabalho. Porém, atualmente, essa classe intermediária possui uma presença muito forte na sociedade, e a sua influência no campo intelectual, cultural e econômico não é nada desprezível.

Dessa forma, na atual fase do capitalismo, as classes antagônicas ainda existem, embora a classe explorada já não tenha mais a mesma homogeneidade de outros tempos. Sendo assim, uma vez que o trabalho continua realizando a tarefa, exigida pelo capital, de aumentar cada vez mais a riqueza produzida, para que uns poucos possam usufruir dela, em detrimento da grande maioria dos seres humanos, o trabalho alienado continua tão presente na sociedade atual quanto naquela analisada por Marx.

VII

Na atual fase do capitalismo, em que sistemas automatizados executam, cada vez mais, o trabalho antes feito por seres humanos, existe uma corrente de pensamento a qual afirma que o trabalho, da forma como se conhece tradicionalmente, está caminhando, a passos largos, para o seu fim. A causa disso é que o trabalho não seria mais um elemento central, tanto no desenvolvimento das capacidades humanas, quanto na produção de riquezas que atendam às necessidades do conjunto das pessoas. Além disso, o trabalho teria perdido o seu caráter de elemento articulador da sociabilidade humana.

Com vistas a reforçar essa linha de pensamento, alguns teóricos afirmam que o conceito de “trabalho” é uma invenção do pensamento moderno, e que, em momentos anteriores da história, essa atividade humana não tinha qualquer função no sentido de socializar o ser humano. Afirmam, ainda, que o trabalho está se tornando secundário na vida dos trabalhadores, os quais já não vêem nele um fator de motivação. Assim, diante disso, a sociedade baseada no trabalho² estaria chegando ao seu fim.

Essa tese, no entanto, tem sentido, se considerarmos que todo o trabalho, integrado ao sistema produtivo capitalista, é alienado em relação ao trabalhador. Dessa forma, ela se volta contra o trabalho alienado e não contra o trabalho enquanto categoria formativa do ser humano, mesmo que não se tenha dado conta disso. Na verdade, essa argumentação toma a parte pelo todo, uma vez que compreende as conseqüências do trabalho alienado como sendo inerentes ao trabalho em geral, e confunde a *forma deturpada*

²Lembrarmos do pensamento habermasiano, uma vez que “Habermas propugna, em sua análise sobre a sociedade contemporânea, que a *centralidade do trabalho* foi substituída pela centralidade da *esfera comunicacional ou da intersubjetividade*” (Antunes, 1999, p. 146).

que o trabalho assume, no sistema capitalista, com o *trabalho em si*, o que a leva, coerentemente, a afirmar o fim da centralidade do trabalho. Afirmar, por exemplo, que o trabalho, nas sociedades antigas, não tinha qualquer finalidade de socialização, simplesmente mostra a separação indevida que havia entre o trabalho manual e o intelectual, e, ainda, mostra que essa afirmação está tomando o ponto de vista da classe dominante da época. Portanto, não se dão conta, esses teóricos, que é forma alienada de trabalho que está em questão; que não é o trabalho propriamente que perdeu a sua condição de elemento agregador das relações sociais – tendo sido substituído, por exemplo, como em Habermas, pelo “agir comunicativo” ou pela intersubjetividade –, nem que faz com que as pessoas trabalhem com desinteresse e esperem, ansiosamente, o horário de irem para as suas casas, mas, sim, o trabalho alienado.

Com relação à substituição do trabalho humano por processos automatizados, não há dúvida de que a sociedade, em decorrência dos avanços tecnológicos, vem sofrendo profundas transformações, e o trabalho está assumindo, diante disso, novas configurações. Os movimentos do capital e a sua demanda, no sentido de aumentar a produção de mercadorias, com vistas a manter a constante acumulação de riquezas, fazem que o trabalho assuma diversas formas de manifestação. Além disso, muitos trabalhos estão, paulatinamente, deixando de existir ou perdendo sua antiga importância. Existem mesmo certas funções que, após o advento da informática, surgiram e tiveram, durante um curto período, extrema importância, mas que, depois, foram superadas e descartadas, justamente em decorrência de outros avanços tecnológicos. Os trabalhadores, mais notadamente aqueles que exercem atividades intelectuais, de alguma forma ligadas com os avanços científicos, se quiserem se manter no mercado de trabalho, devem estar constantemente se aperfeiçoando, adquirindo novos conhecimentos e se familiarizando com as novas técnicas. Porém, o conhecimento adquirido pode ter, em diversos casos, uma vida muito curta, uma vez que, no mesmo momento em que o trabalhador conseguiu um certo domínio de determinada técnica, já está surgindo outra mais avançada, a qual, muitas vezes, requer conhecimentos que não apresentam linearidade em relação à técnica superada. Essa situação gera uma tensão permanente no trabalhador e, ao mesmo tempo, desloca a importância que ele tem no processo produtivo para a técnica. Ou seja, o trabalhador

somente interessa ao sistema capitalista de produção, na medida em que domina as técnicas que lhe permitem produzir de acordo com os ditames desse sistema, ou enquanto não for inventada uma máquina que execute o seu trabalho. Mas isso não significa que o trabalho tenha perdido a sua importância ou que esteja destinado a terminar e, sim, que o capital se utiliza de meios cada vez mais incisivos para manter o trabalho cada vez mais subjugado ao seu domínio.

Com o enfraquecimento das organizações de trabalhadores, que visavam o enfrentamento dos instrumentos de opressão capitalistas, o capital aumenta o seu poder de manter o trabalho em uma posição defensiva e submissa. Além disso, embora o capital dependa do trabalho humano para poder reproduzir-se, ele dispõe, cada vez mais, de meios para manter o trabalho em posição inferior. As novas tecnologias, que deveriam ser utilizadas para colaborar na realização de muitas das tarefas executadas pelos trabalhadores, atuando em parceria com eles, apresentam-se, no sistema capitalista de produção, como concorrentes desses trabalhadores. Essa utilização dos avanços tecnológicos faz parte das estratégias do capital para manter os trabalhadores sob controle, uma vez que, como eles precisam vender a sua força de trabalho, para poderem sobreviver, a ameaça de serem substituídos diretamente por máquinas, ou por processos automatizados, faz com que se sintam permanentemente pressionados, e, muitas vezes, que deixem de perceber a sua real importância dentro do processo produtivo. Mas, também, o próprio trabalho humano passa a ser relegado a um segundo plano, pois a possibilidade de substituí-lo, quase inteiramente, por máquinas ou processos automatizados, permite a muitos teóricos afirmar que ele possui uma função secundária dentro da atual fase do capitalismo.

Entretanto, essa possibilidade não significa que o trabalho perdeu a sua importância enquanto tal, mas, sim, que é muito interessante ao capital enfraquecer, o mais possível, o seu antagonista, pois isso permitirá que a permanente produção e acumulação de riquezas possa continuar, sem ser importunada por movimentos contrários de trabalhadores conscientes do quanto o seu trabalho é indispensável para a própria existência do sistema produtivo. É que quanto mais fraco é o trabalho, mais forte é o capital. Dessa forma, o capital utilizar-se-á dos meios que estão ao seu alcance para minar a posição central ocupada pelo trabalho dentro do atual sistema de produção. Essa tentativa de deslocar a posição privilegiada do trabalho

reflete a pouca importância que o ser humano tem no âmbito do capitalismo. Nesse sistema de produção, não faz muita diferença se quem vai produzir um bem é um ser humano ou uma máquina: o importante é que esse bem seja produzido. Se, por causa dos avanços tecnológicos, milhares ou milhões de pessoas deixarem de ter emprego, ou passarem a engrossar o contingente de subempregados, isso não será motivo de preocupação para os grandes capitalistas, a não ser pelo perigo que essas pessoas possam representar, caso se conscientizem do real motivo da sua situação.

Como a imensa maioria da população mundial é composta por trabalhadores, que não são proprietários dos meios de produção, o capital, ao investir contra o trabalho, o está fazendo também, e principalmente, contra os seres humanos que trabalham. Dessa forma, como por trás de cada trabalhador está um ser humano, afirmar o fim da centralidade do trabalho e premonizar que ele é dispensável, é o mesmo que dizer que o capitalismo vai chegar a um ponto em que os seres humanos serão dispensáveis para o alcance dos objetivos desse sistema de produção. Portanto, se a lógica de funcionamento desse sistema não prioriza os seres humanos, com suas necessidades, desejos e sentimentos, cabe a estes, a partir da consciência desse fato, procurar uma alternativa que atenda aos seus anseios.

Conclusão

Muitas são as teorias que tentam explicar os movimentos e percalços da nossa sociedade. Também muitas são as tentativas de construir sistemas teóricos que apresentem alternativas para a atual forma como a sociedade está organizada. Todavia, o sistema capitalista segue firme o seu caminho, embora já esteja cheio de remendos e marcado por cicatrizes que fazem parte de um capítulo sombrio da história da humanidade. As diversas crises, intervenções, mudanças e transformações, pelas quais o capitalismo tem passado, não alteraram em nada a sua lógica de funcionamento, os seus pressupostos e as suas finalidades. As inovações científicas e tecnológicas, que deveriam estar a serviço da solução dos grandes problemas que afetam a humanidade, embora transversalmente sejam utilizadas nesse sentido, seguem as imposições ditadas pela lógica do capital, servindo como instrumentos de justificação e aceleração dos movimentos dele.

O trabalho, diante dos avanços científicos e tecnológicos, também sofreu muitas modificações e, por isso, apresenta, atualmente, novas configurações, que não existiam na época em que foi feita a crítica marxiana do trabalho alienado. A mecanização de muitas atividades, antes executadas por seres humanos, deslocou um enorme contingente de trabalhadores para outras áreas, ou simplesmente os relegou ao desemprego. A importância crescente do conhecimento, para a execução de diversos trabalhos, faz com que os trabalhadores tenham que estar em processo constante de atualização. Porém, o avanço tecnológico, via de regra, é mais rápido que a capacidade de assimilação dos trabalhadores, o que pode causar sentimentos de incerteza e insegurança. Entretanto, as novas formas de trabalho continuam exercendo a mesma função de propiciarem o aumento constante da produção de riquezas, e os trabalhadores continuam sendo o meio para que isso seja conseguido. Portanto, o trabalho alienado está tão presente em nossa sociedade quanto estava na de Marx.

O antagonismo entre capital e trabalho não somente continua a existir; tem-se acirrado ao longo do tempo. Se, antes, a oposição era aberta, e o capital se utilizava do trabalho, declaradamente, para atingir os seus fins, hoje, essa oposição é, dentro do possível, velada e, embora o capital se diga aliado do trabalho, tem tomado medidas consistentes para minimizar, cada vez mais, a necessidade do trabalho humano no cenário da produção econômica. Isso quer dizer que, antes, se a intenção do capital era, tão-somente, oprimir e dominar o trabalho, hoje a intenção daquele é chegar o mais próximo possível da eliminação deste.

A sensação de desconforto, e mesmo de profundo descontentamento, que muitas pessoas sentem ao trabalhar diariamente, no contexto capitalista, não é gratuita. E não é raro que as pessoas sintam que algo está errado, que as suas vidas deveriam ser diferentes ou que não sintam a menor satisfação com o resultado do seu trabalho. Assim, embora não saibam explicar o problema, nem consigam encontrar a sua origem, sabem que ele existe.

A atual sociedade está ficando cada vez mais complexa, e uma das causas disso é que o desenvolvimento científico intenso vem propiciando a ocorrência de profundas transformações nas relações sociais existentes. Dessa forma, a sociedade capitalista é uma sociedade em constante transformação, porém o seu pressuposto básico continua sendo o mesmo.

Por isso, por mais que se tente implementar medidas reformistas, ou que se tente amenizar o sofrimento de grandes parcelas da população mundial, nunca se chegará a uma solução para os grandes problemas mundiais. Enquanto a humanidade estiver sob o jugo de um sistema de produção econômica, cuja finalidade é o aumento constante da produção de riquezas, e a sua acumulação, e enquanto o ser humano for encarado simplesmente como um meio para a consecução dessa finalidade, não haverá como o trabalhador, no âmbito do seu trabalho, sentir que está realizando, em plenitude, as suas potencialidades, e muito menos, de fato, conseguir realizá-las.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *O Caracol e sua Concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ATTALI, Jacques. *Karl Marx ou l'esprit du monde*. Paris: Fayard, 2005.
- GIANNOTTI, José A. *Origens da Dialética do Trabalho: Estudo sobre a lógica do jovem Marx*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1964.
- _____. *O Capital, Vol. 1/1*. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.
- MARX, Karl; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (I – Feuerbach)*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MÉSZÁROS, István. *A Teoria da Alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.